

Boletim Econômico SINMETAL



SINMETAL

Vol. 136 12/2008

O pacote do governo lançado no dia 11 de dezembro de 2008, visa a aumentar o consumo, principalmente, e auxiliar as empresas com dificuldades de crédito.

PACOTE ANTICRISE DO GOVERNO

As medidas anticrise que o governo lançou nesta quinta-feira última sinalizam várias questões importantes: a primeira e fundamental é de que ele está sim preocupado com o impacto da crise internacional na economia brasileira; a segunda é que ele resolveu atacar pelo canal fiscal (e não monetário, isto é, sem mexer na taxa de juros básica); a terceira é que ele tenciona aumentar o consumo com as mudanças e a quarta é de que a ajuda às empresas será por meio do crédito.

Destaca-se, no entanto que um dos pontos fortes do pacote diz respeito às novas alíquotas de Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF). Reivindicação feita muitas vezes e por muito tempo pela sociedade, finalmente o governo incorpora a idéia de alíquotas múltiplas para o imposto de renda. Assim, ele busca uma cobrança tributária mais justa, aprimorando a progressividade do imposto (isto é, quem ganha mais paga um percentual maior). Desta forma, tem-se a inserção de duas novas alíquotas, o que se configura em um pequeno “grande passo” em direção a um melhor sistema tributário que, em relação ao IRPF, fica da seguinte forma:

- ✓ **Até R\$ 1.434,00:** isento de pagar imposto.
- ✓ **Entre R\$ 1.434,00 e R\$ 2.150,00:** paga 7,5% de imposto.
- ✓ **Entre R\$ 2.150,00 e R\$ 2.866,00:** paga 15% de imposto.
- ✓ **Entre R\$ 2.866,00 e R\$ 3.582,00:** paga 22,5% de imposto.
- ✓ **Acima de R\$ 3.582,00:** paga 27,5%.

Aliado à essa nova diretriz, está a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para Pessoas Físicas de 3,0% para 1,5%. Esta variação indica a preocupação do governo para com o crédito de mais médio prazo, como a compra de eletrodomésticos mais caros e, obviamente, o mercado automotivo. Este, por sua vez, é diretamente afetado pelas alterações com o Imposto

sobre Produtos Industrializados (IPI), que terá suas alíquotas reduzidas da seguinte forma até 31 de março de 2009:

- ✓ **Carros populares até 1.000 cilindradas:** passa de alíquota de 7% para zero.
- ✓ **Carros entre 1.000 e 2.000 cilindradas à gasolina:** passa de alíquota de 13% para 6,5%.
- ✓ **Carros entre 1.000 e 2.000 cilindradas à álcool ou tipo flex:** passa de alíquota de 11% para 5,5%.
- ✓ **Carros acima de 2.000 cilindradas:** não terão alterações de alíquotas.

Esta medida já beneficiou o mercado automotivo, que teve feirões de carros em todo o país. O segmento automotivo recebeu, com isso, novo fôlego para fechar 2008 com números mais positivos.

Por fim e não menos importante, há a decisão de emprestar recursos das reservas internacionais brasileiras para as empresas públicas e privadas que possuem dívidas vencendo entre setembro de 2008 e dezembro de 2009. Esses empréstimos serão destinados a pagar essas dívidas, sendo que 25% dele pode ser orientado para investimentos. Essa é mais uma das medidas do governo para reduzir a crise de crédito que as empresas brasileiras enfrentam.

Em termos gerais, o pacote demonstra em grande parte a linha econômica do governo atual. Uma política mais heterodoxa em que a busca é pelo fortalecimento do consumo interno vis-à-vis o fortalecimento da oferta. Uma política direcionada mais ao aumento da competitividade das empresas brasileiras, visando ao barateamento de custos seria, provavelmente, mais importante para economia, afinal, não se pode forçar ninguém a consumir. Mas, a sinalização de que o governo está, finalmente, disposto a utilizar-se de políticas fiscais para auxiliar a manutenção da economia é um grande passo para o país, e deve ser vista com bons olhos. Agora, é esperar os resultados!